

ISRAEL E PALESTINA: DA “TERRA SANTA” A UM TERRITÓRIO EM CONFLITO

**João Ubiratan de Lima e Silva¹
Ruth Aparecida Sales Philippini²**

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar o desenvolvimento histórico do conflito Israel-Palestina. Aborda-se a origem histórica dos árabes e judeus dentro da questão de dois povos e um só território. O movimento político-religioso do sionismo influenciou no processo de formação do moderno Estado de Israel que, antes de se tornar oficialmente um Estado, estava sob o Protetorado Britânico. A não criação do Estado Palestino fomentou conflitos e guerras praticadas pelos povos árabes que, despreparados para os confrontos, não tiveram os resultados almejados, fracassando diante das forças israelenses. O insucesso bélico levou à projeção de organizações não estatais árabes. Entre elas surgiram ações de grupos “jihadistas” como o “Jihad Islâmico”, “Hamás” e o “Hezbollah”, bem como a atuação político-diplomática do “Al-Fatah”, que abdicou mais tarde da luta armada, tornando-se a base da atual Autoridade Nacional Palestina. Por fim, aponta-se ainda a pretendida formação de um califado sunita em terras do Oriente Médio pelo novo grupo fundamentalista “Estado Islâmico”.

Palavras-chave: Israel-Palestina. Estado. Conflito. Geopolítica. Acordo.

Abstract

The objective of this article is to analyse the historical development of the Israel-Palestine conflict. It approaches the historical origin of the arabs and jews inside the question of two people and only one territory. The political-religious movement of the zionism has influenced the process of formation of the modern State of Israel which, before has become officially a State, was under the British Protectorate. The not creation of the Palestinian State has fomented conflicts and wars practiced by the arab people that, unprepared to the confronttions, has not got the craved results, failing in front of the israeli forces. The warlike failure has taken to the projection of arabic non-state organizations. Among them has arisen actions of “jihadist” groups like “Jihad Islamic”, “Hamás” and “Hezbollah”, as well the political-diplomatic action of the Al-Fatah, that abdicated later of the warlike fight, has becoming the base of the current Palestinian National Authority. Finally, it still writes down the intended formation of a sunni caliphate in the lands of the Middle East by the new fundamentalist group “Islamic State”.

Keywords: Israel-Palestine. State. Conflict. Geopolitics. Agreement.

Introdução

Terra abalada por conflitos, o Oriente Médio é palco de guerras engendradas por diferenças que parecem irreconciliáveis.

¹ Graduado em Administração, Economia, Engenharia Civil, Mestrado e Doutorado em Geociências e Meio Ambiente (UNESP); joaoubiratan@hotmail.com

² Graduada em Administração e História; Pós-graduação em Metodologia do Ensino de História e Geografia; Mestranda em Desenvolvimento Humano (UNITAU); ruthphilippini@hotmail.com

A religião judaica diz que a área em que Israel foi fundada é a terra prometida por Deus ao primeiro patriarca Abraão e seus descendentes. Ocupada pelos árabes, com o surgimento do Islã, e mesmo após conquistas de cruzadas europeias e domínio turco, essa terra, entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo, é considerada sagrada tanto para muçulmanos, como para judeus, e disputada por eles, que a reivindicam por legitimidade ou primogenitura.

Desde a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio não tem um só momento de paz. Após a criação do controverso Estado de Israel, acabaram por gerar uma série incessante de conflitos, desencadeados por movimentos nacionalistas árabes, os quais permanecem sem solução, não obstante esforços diplomáticos de ambos os lados e do exterior.

A demora na criação de um Estado palestino independente, a construção de assentamentos israelenses na Cisjordânia e barreira construída por Israel complicam o andamento de um processo de paz.

É a partir dessa perspectiva de um território envolvido, por longo tempo, num conflito político, religioso e étnico que se pretende analisar a turbulenta relação israelense-palestina.

Desse modo, logo de início, serão discutidos os conflitos que estão acontecendo, desde os primórdios até os dias atuais, por conta de um território almejado por povos distintos. Para se compreender o conflito atualmente, foi feita uma introdução histórica sobre o assunto, na qual se busca explicar os motivos dos conflitos e porque esse território tem importância para esses povos, dando foco no povo hebreu, hoje judeu. A questão do território é discutida a partir do aspecto religioso, assim como político, por se tratar de povos que não possuem suas diretrizes laicas, fazendo com que suas religiões interfiram na política, cultura e economia de suas nações.

Em seguida, a análise será voltada para a força do movimento sionista em criar um Estado para os judeus, força esta incentivada pelo antissemitismo sofrido por judeus na Europa.

Será examinada também a interferência britânica na Palestina que, sem conseguir resolver a polarização entre o nacionalista árabe e o sionismo, levou a questão à Organização das Nações Unidas.

Após essa incursão, a investigação se concentrará na criação do Estado de Israel e na não criação do Estado Palestino que, conseqüentemente, desencadeou conflitos armados e levou à projeção de organizações não estatais político-diplomáticas e organizações fundamentalistas com atuações radicais em prol da causa palestina.

Portanto, o objetivo desse trabalho é discutir o longo conflito histórico entre Israel e Palestina, bem como a atuação dos grupos radicais islâmicos que atuam direta ou indiretamente na região, através do seguinte levantamento bibliográfico: origem histórica dos povos hebreus

e árabes; a ideia de criação do Estado de Israel: uma promessa de Deus; o movimento sionista; o mandato britânico na Palestina; **Palestina e Israel**: dois povos, uma terra e um interminável conflito

Desenvolvimento

1. Origem histórica dos povos hebreus e árabes

Os três filhos de Noé, Cam, Sem e Jafé foram os primeiros após o dilúvio a deixar as montanhas para morar nas planícies. O que gerou incentivo aos outros que não ousavam fazer por conta do medo da devastação ocorrida pelas águas.

Deus ordenou que mandassem colônias a outros lugares, a fim de que, multiplicando-se e estendendo-se, pudessem cultivar mais terras, colher frutos em maior abundância e evitar as divergências que de outro modo poderiam ser suscitadas entre eles. (JOSEFO, 2009, p.84).

Entretanto os homens ousaram desobedecer a Deus e como forma de afronta construíram uma torre tão alta com o intuito de se protegerem das águas (outro dilúvio) e vingarem à morte de seus antepassados. Ninrode, neto de Cam, foi quem persuadiu os homens a tomarem tal atitude com o objetivo de se tornar líder, fazendo com que abandonassem Deus e o elessem como seu protetor. Deus furioso com a ousadia multiplicou as línguas com o intento de fazer com que os homens não se entendessem.

Todos os homens que então tinham uma só língua construíram torre tão alta que parecia que ela se elevaria até o céu. Mas os deuses levantaram contra ela tão violenta tempestade que ela foi derribada e fizeram com que aqueles que a haviam construído falassem no mesmo instante diversas línguas. (SIBILA apud JOSEFO, 2009, p.85).

Com a criação de línguas distintas o local se tornou um caos, a confusão estava instaurada e os homens que abandonaram Deus, não se compreendiam. Isso foi causa que se desse o nome para a torre de Babel, pois em hebraico significa "confusão". Por causa das diversas línguas, esse povo foi obrigado a se dividir. Assim os descendentes de Noé se espalharam e colonizaram diversos lugares da Terra. Para honrar a memória, os netos de Noé decidiram nomear os territórios colonizados com seus nomes. Dessa forma familiar com laços consangüíneos, são divididos os territórios e as fronteiras foram eclodindo criando a ideia de espaço e limite. "Os filhos de Cam ocuparam a Síria e todos os países que estão além dos montes de Aman do Líbano até o oceano". (JOSEFO, 2009, p.87) O quarto filho de Cam, Canaã, estabeleceu-se na Judéia, a qual chamou com o seu nome: Canaã. "Mizraim foi pai de oito

filhos, que ocuparam todos os países que estão entre Gaza e o Egito". (JOSEFO, 2009, p.87) Seu filho Filistim, neto de Cam, deu o seu nome para o território em que se estabeleceu - "os gregos deram o nome de Palestina a uma parte dessa província". (JOSEFO, 2009, p.87) Canaã e Palestina serão os territórios em destaque, nesse trabalho, por conta de seus conflitos e ideologias gerados a partir desses territórios que são tão arduamente almejados.

A partir de Sem, foram formados diversos povos, que hoje são conhecidos como semitas. De Arfaxade, seu filho, os cananeus e de Éber, neto de Arfaxade, os hebreus. Após cinco gerações, posteriores a Éber, surgiu o primeiro patriarca do povo hebreu, Abrão, que posteriormente se torna Abraão. Nas gerações anteriores a Abraão, percebe-se que a história é narrada como surgimento, onde o cenário estava sendo construído a partir de uma única linhagem, em que todas as personagens contribuem para a formação e desenvolvimento do espaço social, econômico e político.

Como o precursor do monoteísmo, Abraão afirmava que o universo é obra das mãos de Deus, pregava a ideia da existência de um Deus único e onipresente. Seu discurso acarretou revolta, por ser de vanguarda causou estranhamento e não aceitação dos povos da região. "Os caldeus e os outros povos da Mesopotâmia, não podendo tolerar as palavras de Abraão, levantaram-se contra ele. Assim, por ordem e com o auxílio de Deus, ele saiu do país para ir morar na terra de Canaã". (JOSEFO, 2009, p.90).

A história dos hebreus é fortemente centralizada em sua religião. As decisões tomadas e o rumo das personagens desse povo são normalmente guiadas por Deus. Não se consegue estudar a história desse povo sem compreender sua religião ou utilizar livros religiosos como fonte. O meio social, econômico, cultural e político dos hebreus e posteriormente judeus são completamente influenciados e ligados com a religião, fazendo com que esse povo seja identificado a partir das características da religião judaica. A saída de Abraão e de sua esposa Sara da Caldéia remete a isso, pois foi fundamentada na ideia de que Abraão recebeu uma ordem de Deus para se estabelecer em "Canaã, a qual deixou à sua posteridade". (JOSEFO, 2009, p.89) Essa migração de Abraão é narrada por diversos autores, mas no livro a História dos Hebreus, a partida é relatada a partir da ideia de que o patriarca não saiu apenas com sua esposa Sara e demonstra que Abraão possuía um grande poder aquisitivo referente à sua época.

Abraão saiu com grande acompanhamento da terra dos caldeus, que está acima da Babilônia, reinou em Damasco e partiu algum tempo depois com todo o seu povo, estabeleceu-se na terra de Canaã, que agora se chama Judéia, onde a sua posteridade se multiplicou de maneira incrível. (DAMASCO apud JOSEFO, 2009, p.90).

Deus então promete a Abraão uma terra, onde sua descendência será abençoada.

Ora, o Senhor disse a Abraão: Sai-te da tua terra, e da tua parentela, e da casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei. E far-te-ei uma grande nação, e abençoar-te-ei, e engrandecerei o teu nome, e tu serás uma bênção. E abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas todas as famílias da terra. (Gn 12, 1- 3).

Abraão rogava todos os dias a Deus que lhe desse um filho, sua aflição se dava por conta que Sara, sua esposa, era estéril, o que há fazia incapaz de lhe dar herdeiros a possuírem as bênçãos e a Terra Prometida por Deus. Sara então decide dar uma de suas escravas a Abraão, a egípcia Agar, com o intuito dessa gerar um descendente. Assim, Abraão e Agar tiveram um filho chamado Ismael, que teria uma posteridade grandiosa, como a do seu futuro irmão Isaque. Sara amou Ismael como se fosse seu próprio filho até gerar Isaque e passar a considerar inconveniente criá-los juntos, o herdeiro e o filho da escrava. Então, Sara persuadiu Abraão a expulsar Agar e Ismael de sua morada, fazendo com que mãe e filho partissem para o deserto. Quando Ismael completou idade para se casar, Agar lhe deu uma esposa egípcia, com quem teve doze filhos, que seriam as doze tribos ismaelitas que deram origem aos árabes.

Deus prometeu terra e descendência próspera a Abraão, repetiu essa promessa a Isaque e Jacó. Para Isaque como um ato de aviso, devido uma carestia que assolava seu povo. Deus assegurou sua promessa:

Peregrina nesta terra e serei contigo e te abençoarei; porque a ti e à tua semente darei todas estas terras, e confirmarei o juramento que tenho jurado a Abraão teu pai; e multiplicarei a tua semente como as estrelas dos céus, e darei à tua semente todas estas terras; e em tua semente serão benditas todas as nações da terra. (Gn 26, 3 - 4).

Para Jacó, Deus volta a afirmar o direito que possuem a pertencer naquela terra e o quão abençoada e numerosa será sua prole. Assim Deus em sonho disse a Jacó:

Eu sou o Senhor, o Deus de Abraão teu pai, e o Deus de Isaque; esta terra, em que estás deitado, ta darei a ti e à tua semente; e a tua semente será como o pó da terra, e estender-se-á ao ocidente, e ao oriente, e ao norte, e ao sul, em ti e na tua semente serão benditas todas as famílias da terra. E eis que estou contigo, e te guardarei por onde quer que fores, e te farei tornar a esta terra; porque te não deixarei, até que te haja feito o que tenho dito. (Gn 28, 13- 15).

Além de afirmar a promessa, cria-se a convicção de que Deus fomenta a ideia de que esse povo escolhido possuía uma missão, seriam predestinados a pertencer a essa terra. Mas essa promessa promoveu conflitos que perduram até os dias atuais. A ideia de povo eleito, predestinado a uma terra prometida por Deus é muito forte na história do povo judeu, que

possuem a religião como alicerce de suas vidas, onde o cotidiano é voltado aos seus rituais e sua organização social, econômica e política, são moldadas a partir das leis de Iahweh.

2. A ideia de criação do Estado de Israel: uma promessa de Deus

O território prometido por Deus à descendência de Abraão, não estava deserto, existia povos ocupando aquela região, o que acarretou conflitos intermináveis. Esse território que retém um significado para o povo judeu, no decorrer do tempo passa a adquirir significados distintos para outros povos que possuem variadas religiões. A ideia de um território almejado por diversos povos que o faz possuir significados culturais e religiosos distintos já nos remete a conflitos. Nos tempos de Abraão e dos patriarcas o território possuía significado religioso, mas sobretudo de sobrevivência. Nesse período o povo hebreu e outros povos da região eram nômades, sendo assim o território não possuía um significado político. Atualmente o território passa a ter esse significado por conta da ideia de nação, pertencimento. O território passa a dar identidade e gerar união além dos significados já estabelecidos anteriormente. A conquista do território prometido por Deus passou a ser o objetivo de vida desse povo, seria sua missão.

Deus afirma a Abraão que sua promessa demoraria a ser cumprida, afirmou que o seu povo iria peregrinar e servir aos outros por um longo período até se estabelecerem na Terra Prometida.

Então disse a Abrão: Saibas, decerto, que peregrina será a tua semente em terra que não é sua; e servi-los-ão; e afligi-los-ão quatrocentos anos. Mas também eu julgarei a gente à qual servirão, e depois sairão com grande fazenda. E tu irás a teus pais em paz; em boa velhice serás sepultado. E a quarta geração tornará para cá; porque a medida da injustiça dos amorreus não está ainda cheia. (Gn 15, 13 - 16).

O presságio de Deus se consolidou e a história desse povo foi marcada pelo nomadismo e por conta dos cativeiros, onde foram enclausurados por povos distintos. Um cativoiro que é bastante lembrado por conta da personagem de Moisés que liberta o seu povo do jugo dos egípcios e os guiam até a tão almejada Canaã.

O tempo que os filhos de Israel habitaram no Egito foi de quatrocentos e trinta anos. E aconteceu que, passados os quatrocentos e trinta anos, naquele mesmo dia, todos os exércitos do Senhor saíram da terra do Egito. (Ex 12, 40 - 41).

Ao se aproximarem de Canaã, Moisés ordenou que Josué e Calebe fossem espionar a terra e trazer informações dos povos que ali habitavam. Ao regressarem contaram ao seu povo o quanto os povos daquela região eram grandes e fortes. Com medo do conflito o povo hebreu murmurou contra Deus lamentando a saída do Egito. "E por que nos traz o Senhor a esta terra,

para cairmos à espada, e para que nossas mulheres e nossas crianças sejam por presa? Não nos seria melhor voltarmos ao Egito?" (Nm 14, 3) Por conta da afronta e das lamentações descabidas e até mesmo um desejo de voltar ao Egito onde foram escravizados, Deus proibiu a entrada dos murmuradores em Canaã, "não verão a terra de que a seus pais jurei, e até nenhum daqueles que me provocaram a verá". (Nm 14, 23) Assim se passou uma geração daquele povo e apenas Josué e Calebe foram permitidos adentrarem e conquistar aquela terra.

A Terra Prometida é o único território que possui sua demarcação, seus limites e fronteiras, feitos por Deus. Na bíblia o território é discriminado de forma coesa e dividido entre as tribos, onde também estão estabelecidos os príncipes dos territórios.

Dá ordem aos filhos de Israel, e dize-lhes: Quando entrardes na terra de Canaã, esta há de ser a terra que vos cairá de herança: a terra de Canaã, segundo os seus termos. A banda do sul vos será desde o deserto de Zim até aos termos de Edom, e o termo do sul vos será desde a extremidade do mar salgado para a banda do oriente; E este termo vos irá rodeando do sul para a subida de Acrabim, e passará até Zim, e as suas saídas serão do sul a Cades-Barnéia; e sairá a Hazar-Adar, e passará a Azmom; Rodeará mais este termo de Azmom até o rio do Egito, e as suas saídas serão para a banda do mar. Acerca do termo do ocidente, o mar grande vos será o termo; este vos será o termo do ocidente. E este vos será o termo do norte: desde o mar grande marcareis até ao monte de Hor; Desde o monte de Hor marcareis até à entrada de Hamate, e as saídas deste termo serão até Zedade; E este termo sairá até Zifrom, e as suas saídas serão em Hazar-Enã. Este vos será o termo do norte. E por termo da banda do oriente marcareis de Hazar-Enã até Sefã; E este termo descera desde Sefã até Ribla, para a banda do oriente de Aim; depois descera este termo, e irá ao longo da borda do mar de Quinerete para a banda do oriente; Descera também este termo ao longo do Jordão, e as suas saídas serão no Mar Salgado. Esta vos será a terra segundo os seus termos em roda. (Nm 34, 2 - 12).

A partir dessa narração bíblica fica evidente a questão da herança e do pertencimento daquela terra, como também as fronteiras territoriais demarcadas por Deus. Com o território já demarcado Deus ordena a entrada do povo escolhido e a expulsão dos "intrusos" daquele território, A partir desse momento fica muito forte a ideia de separação entre o povo escolhido e o restante. Apenas o povo escolhido seria digno a pertencer ao território demarcado por Deus e até mesmo os que ali estavam estabelecidos eram considerados intrusos. Fica evidente também a ideia de intolerância com a religião e cultura dos outros povos, consideradas como inadequadas e infames por não adorarem o mesmo Deus.

Fala aos filhos de Israel, e dize-lhes: Quando houverdes passado o Jordão para a terra de Canaã, lançareis fora todos os moradores da terra diante de vós, e destruireis todas as suas figuras; também destruireis todas as suas imagens de fundição, e desfareis todos os seus altos; E tomareis a terra em posseção, e nela habitareis; porquanto vos tenho

dato esta terra, para possuí-la. [...] Mas se não lançardes fora os moradores da terra diante de vós, então os que deixardes ficar deles vos serão por espinhos nos vossos olhos, e apertar-vos-ão na terra em que habitardes. (Nm 33, 51- 53. 55).

Ainda hoje o tão almejado território é motivo de conflitos e faz com que o povo escolhido lute batalhas eternas pelo santo território, "uma terra que mana leite e mel". (Ex 33, 3). O objetivo principal da nação judaica é conquistar todo o território demarcado por Deus, que segundo sua tradição são herdeiros por direito, por serem filhos de Abraão e seguidores das leis de Moisés. Acreditam que só possuirão a felicidade plena quando adquirirem todo o território e ali estabelecerem, assim como Josué fez, após peregrinar pelo deserto.

Desta sorte deu o Senhor a Israel toda a terra que jurara dar a seus pais; e a possuíram e habitaram nela. E o Senhor lhes deu repouso em redor, conforme a tudo quanto jurara a seus pais; e nenhum de todos os seus inimigos ficou em pé diante deles, todos os seus inimigos o Senhor deu na sua mão. (Js 21, 43 -44).

O território de Canaã passa a ser o grande refúgio, o local onde Deus protege os seus e puni os inimigos. Cria-se a ideia de refúgio principalmente pelos eventos atuais, onde se acontecem perseguições contra povos semitas, mas são repercutidas dando ênfase no povo judeu. Uma das perseguições mais conhecida por conta do genocídio com o povo judeu, foi o Shoah³ durante a Segunda Guerra Mundial.

3. O movimento sionista

O sionismo é um movimento com aspirações nacionalistas que almeja o território demarcado por Deus, Canaã, e a volta dos judeus espalhados pelo mundo por conta do antissemitismo que engendrou as diásporas. Os sionistas defendem a existência de um Estado nacional judaico independente e soberano no território, causando a manutenção da identidade judaica e descartando a ideia de assimilação dos judeus pela sociedade das nações em que viviam.

³ Foi utilizado o termo Shoah ao invés de Holocausto para se referir ao extermínio ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, por conta dos seus significados. Holocausto remete a ideia de sacrifício, o que gera objeção, pois a morte dos judeus não foram ofertas. Shoah tem como significado aniquilação, o que é mais plausível para relatar o que ocorreu com esse povo durante esse período.

Esse movimento tem como princípio a ideia de acolhimento, pois iniciou-se a partir de perseguições e movimentos antissemitas. Entretanto o acolhimento seria apenas um grupo, os judeus, fazendo com que esse movimento seja tão excludente quanto os que lhe deram início.

Theodor Herzl é considerado o “pai do sionismo” e fomenta a ideia de Estado e de conservação do povo judeu no seu livro “O Estado judeu”. Herzl organiza o Congresso Sionista, com líderes religiosos da comunidade judaica com o intuito de apresentar ao mundo o que seria e o que pretendia o movimento sionista. O primeiro congresso não obteve êxito por conta dos líderes religiosos temerem uma excessiva exposição, principalmente devido ao antissemitismo.

Assim, com o movimento sionista, muitos judeus foram para o território em que se consideravam donos por direito, especialmente a Palestina, que foi um território ocupado aos poucos pelos judeus, fazendo com que tenha mais judeus do que os próprios palestinos no território.

A principal conquista do movimento sionista foi a criação do Estado de Israel, que seria o refúgio dos judeus, um povo marcado pelas perseguições e pelos cativos. Apesar de seu um movimento nacionalista judaico, nem todos os judeus são sionista, muitos não concordam e acreditam não ser ideal para a comunidade judaica.

4. O Mandato Britânico na Palestina

Após a Primeira Guerra Mundial, um pacto entre as “nações vitoriosas e mais desenvolvidas” foi firmado durante a Conferência de Paz de Paris, como parte do Tratado de Versalhes na qual trazia a ideia de que tais nações desenvolvidas seriam responsáveis por tutelar o desenvolvimento de outros territórios a fim de prepará-los para sua independência. Esse pacto, chamado de Pacto da Sociedade das Nações, constituiu o Sistema de Mandatos. Os Mandatos foram divididos em três categorias: A, B e C. O critério utilizado para as três categorias era o grau de maturidade política dos territórios de atingirem a independência. O Mandato de Classe A abrangia os territórios árabes: Síria e Líbano, tutelado pela França, e Palestina, Transjordânia e Mesopotâmia, tutelado pela Grã Bretanha. Todos os territórios componentes dessa classe tornaram-se independentes até 1949, exceto o reservado a Palestina árabe.

Em 24 de julho de 1922 foi, oficialmente, confirmado pela Liga das Nações um mandato na qual se garantia a administração da Palestina pelos britânicos. Entre os anos de 1922 e 1948, os poderes executivo e legislativo foram conduzidos pelo representante do governo britânico, o Alto Comissário.

A OSM (Organização Sionista Mundial) necessitava de três elementos para consumir seu projeto de um Estado judeu: território, governo e população. O território administrado pelos

britânicos pertencia aos árabes, sendo isenta sua participação na administração, favorecendo os judeus.

Foi formalizado pelo mandato o domínio britânico na Palestina (1922 a 1948) e na Transjordânia (1922 a 1946). Tal documento continha os princípios do artigo 22 do Pacto da Liga das Nações e da Conferência de San Remo de 25 de abril de 1920, assinado pelos Aliados após a Primeira Guerra Mundial e declarava a Agência Judaica como sendo um governo dentro de outro.

Com o governo planejado, restavam-lhes apenas os outros dois elementos: território e a população. O projeto “objetivou a criação de um Estado nacional distante geograficamente do povo em questão, disperso pela Europa, que deveria constituir a nação”. (GOMES, 2001, p.26). É interessante ressaltar essa questão pela estratégia em que a OSM desenvolveu juntamente com a administração britânica: investir e instigar na imigração de judeus para a Palestina e na aquisição de terras. Os números são importantes para a compreensão do que estava acontecendo:

Em 1922 havia, na Palestina, uma população total de 750.000 pessoas, das quais menos de 10% eram judeus. De 1920 a 1929 imigraram legalmente para a Palestina aproximadamente 100.000 judeus (sempre houve a imigração ilegal). De 1929 a 1939 a imigração de judeus foi de 232.000. Em 1939, havia 445.000 judeus, do total de 1.500.000 de habitantes, aproximadamente 30% da população. No final de 1946, a população judaica era de 608.000, num total de 1.850.000.(GOMES, 2001, p.26).

Embora os números fossem altos essa estratégia não foi suficiente para criar uma maioria de judeus. As políticas britânicas trouxeram para a região uma série de conflitos violentos, incitados por comunidades árabes como resistência a invasão ocidental. Para eles os judeus que estavam imigrando para Palestina trariam consigo toda a cultura, costumes e o imaginário europeu, agregação que os árabes não queriam em suas terras, intensificando assim o conflito.

A revolta se generalizou e forçou os britânicos a reverem seu apoio aos judeus. Para garantir seus interesses petrolíferos, agradando os árabes, a Grã Bretanha limitou a imigração judia e a compra de terras. Gradativamente foi se intensificando, até que, na Segunda Guerra Mundial, fascistas e nazistas apoiaram os árabes dando armas e dinheiro na luta contra os judeus, além do crescente medo dos campos de extermínio dos judeus que acabou por travar um enfrentamento ainda maior.

A pressão internacional pelos conflitos internos e externos, o dinheiro investido militarmente na ocupação da Palestina e os conflitos nortearam para o fim do Mandato Britânico.

5. **Palestina e Israel: dois povos, uma terra e um interminável conflito**

No início de 1947, o governo britânico percebeu o enorme encargo político e econômico que era o conflito na Palestina. A decisão britânica foi a de acabar com seu o seu Mandato na região, declarando-se incapaz de conduzir uma solução amigável entre árabes e judeus.

A Organização das Nações Unidas, recém criada, recomendou a realização do plano de Repartição da Palestina, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 181, de 29 de novembro de 1947, que propunha a divisão da Palestina em dois Estados, um árabe e um judeu. A repartição proposta chegava a delimitar cinquenta e seis por cento do território para os judeus, e quarenta e quatro por cento da terra para os árabes.

A Agência Judaica pronunciou que aceitaria o plano, não obstante jamais tivesse afirmado que limitaria o Estado de Israel à área proposta pela Resolução 181. A Alta Comissão Árabe recusou o plano, acreditando na possibilidade de uma proposta alternativa mais equilibrada.

Um dia antes do término do Mandato Britânico (14 de maio de 1948), a Agência Judaica proclamou a independência nomeando o país de Israel. O plano da Organização das Nações Unidas teve receptividade entre os judeus, mas não entre os árabes. Não é por outra razão que se diz:

Quando a Assembleia Geral das Nações Unidas votou e aprovou o plano, imediatamente os judeus proclamaram seu Estado, que passou a se chamar Israel. Os árabes da Palestina e os árabes dos países vizinhos, entretanto, já haviam declarado que se isso acontecesse iriam à guerra para fazer valer seus direitos. Estava formado, portanto, o quadro para o primeiro conflito que iria opor árabes e judeus, a partir daí denominados 'israelenses'. (OLIC, 1991, p. 58).

Não demorou muito para que cinco países da Liga Árabe (Egito, Síria, Jordânia, Líbano e Iraque) invadissem o território palestino, sob o anterior Mandato Britânico, tendo início a Guerra árabe-israelense em 1948. No primeiro cessar-fogo, após um ano de combate, estabeleceu-se uma fronteira temporária, conhecida como Linha Verde. Territórios da Jordânia tornaram-se conhecidos como Cisjordânia e Jerusalém Oriental. A chamada faixa de Gaza ficou sob o controle egípcio.

Israel foi admitido como Estado-membro das Nações Unidas em 11 de maio de 1949. Nos primeiros anos do Estado de Israel, o movimento sionista dominava a política no país. Houve imigração maciça dos sobreviventes do holocausto e de judeus perseguidos em terras árabes. Fixaram-se em “cidades-tendas” no território israelense.

A militância contra Israel logo começou e, durante a década de cinquenta, ela acontecia especialmente a partir da Faixa de Gaza, região esta sob controle do Egito. Em 1956, Israel

estabeleceu uma aliança com Grã-Bretanha e a França, para ter acesso ao Canal de Suez, que os egípcios tinham nacionalizado. Israel chegou a capturar a Península do Sinai, mas foi levado a recuar por pressão norte-americana e soviética, em troca de direitos marítimos no Mar Vermelho e no próprio Canal.

A situação caminhava para o agravamento. Ao longo dos anos, os países árabes não quiseram manter relações diplomáticas com Israel. Não reconheciam a sua existência como Estado. Árabes nacionalistas falavam até em destruição do Estado de Israel. Já em 1967, Egito, Jordânia e Síria enviaram tropas até as fronteiras israelenses. Forças de paz das Nações Unidas foram expulsas da região. Houve bloqueio do acesso israelense ao Mar Vermelho. Israel entendeu todas essas ações como uma declaração de guerra e deu início à conhecida “Guerra das Seis Dias”. Sua vitória foi decisiva nesse conflito. Israel conquistou regiões estratégicas: Cisjordânia, Faixa de Gaza, Península do Sinai e Colinas de Golã. As fronteiras de Israel foram alargadas com essas conquistas obtidas na beligerância contra Jordânia, Egito e Síria. Foi a vitória total de Israel, que decidiu ficar com os territórios como garantias, apesar da Resolução 242, da Organização das Nações Unidas, aprovada pelo Conselho de Segurança, ter ordenado a retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados por ocasião do recente conflito e a cessação de todo estado de beligerância, bem como o reconhecimento da integridade territorial, da independência política de cada Estado da região e do direito de viver em paz dentro de fronteiras seguras, sem riscos de ameaça ou atos de força. (BERSTEIN; MILZA, 2007, p. 284).

O fracasso dos Estados Árabes na guerra levou à projeção de organizações não-estatais árabes no conflito. A mais destacada foi a Organização de Libertação da Palestina (OLP), que tinha por lema a “luta armada como única forma de libertar a pátria”. Grupos palestinos iniciaram uma onda de ataques contra israelenses.

Em 1973, no “Yom Kippur”, dia sagrado do calendário judaico, as forças do Egito e da Síria lançaram um ataque surpresa contra Israel, mas não tiveram sucesso, porque as tropas israelenses foram capazes de repelir as investidas desses Estados Árabes. Ainda na década de setenta, Israel e Egito fizeram um acordo de paz. Israel retirou-se da Península do Sinai e aceitou iniciar negociações sobre uma possível autonomia para os palestinos em toda a Linha Verde. No entanto, esse plano nunca foi executado. O governo israelense começou a incentivar assentamentos de colonos judeus no território da Cisjordânia. Obviamente, começaram os atritos diretos com os palestinos que viviam nessa área. Israel também invadiu o Líbano, em 1978, com o propósito de liquidar as bases da Organização de Libertação da Palestina no país, já que seus membros costumavam contra-atacar o norte de Israel. A invasão foi mais um sucesso

militar israelense contra as forças da Organização de Libertação da Palestina, que tinha no “Fatah ou Al-Fatah” a base de uma organização política e militar para ser um movimento de “Libertação Nacional da Palestina”.

Já na década de oitenta, Israel lançou bombardeio contra o Iraque, na chamada “Operação Ópera”, suspeitando que o país estivesse desenvolvendo armas nucleares. Nessa mesma década, Israel também interveio na guerra civil libanesa, desabilitando as bases da Organização de Libertação da Palestina que, em reação, lançou mísseis contra Israel. Embora tendo retirado a maior parte de suas tropas do Líbano, Israel manteve lá uma “zona de segurança”. No final dos anos oitenta, o movimento “Jihadi Islami” era o grupo fundamentalista mais ativo da Palestina. A Organização de Libertação da Palestina, apesar de bastante abalada, ainda mantinha suas ações combativas. A primeira intifada, um levante popular palestino, uma “rebelião das pedras”, eclodiu em 1987, com ondas de violência deflagradas nos territórios ocupados. Ao longo dos anos seguintes, os atos de violência só se intensificaram entre palestinos e israelenses. Essa “revolução das pedras” começou de maneira espontânea e foi uma surpresa para ambos lados, vale dizer, para o Estado e para a própria Organização de Libertação da Palestina. (NASSOULIÉ, 1994, p. 106).

O “Jihad Islâmico” foi ultrapassado pelo HAMAS, sigla de “Harakat AL-Mugawwama al-Islamiyya”, isto é, Movimento de Resistência Islâmica, filho mais indomável da Irmandade Muçulmana. Como grupo extremista, desenvolveu uma ideologia islamista que vê a luta da nação árabe-palestina não apenas contra o sionismo, mas como uma guerra de religiões. Para os membros do HAMAS, a raiz do problema são todos os judeus que querem controlar o mundo, manipulando os Estados Unidos da América do Norte, e que planejam reconstruir o Terceiro Templo em Jerusalém, cidade sagrada do Islã. Para o HAMAS o “judaísmo quer asfixiar o Islã. Para os seus “jihadistas”, enquanto Terra de Deus, a Palestina integra o “Dar al-Islã”, ou seja, é a “Casa do Islã” e os palestinos não podem abrir mão de qualquer pedaço de terra dessa “Casa”. É preciso estabelecer um Estado Islâmico na Palestina. A ideologia do HAMAS entende qualquer negociação política com Israel uma traição ao Islã.

Quando se chegou aos anos noventa, na chamada Guerra do Golfo, a Organização de Libertação da Palestina e os palestinos em geral apoiaram os ataques de mísseis lançados contra Israel pelo Iraque, na tentativa de provocar a entrada de Israel nesse conflito. Foi também ao longo dessa década que se iniciaram as tratativas de paz. Os representantes políticos de Israel e Palestina (OLP) subscreveram um Acordo de Paz em Oslo, na Noruega, dando à Autoridade Nacional Palestina (ANP) a prerrogativa de administrar partes da Cisjordânia e da Faixa de

Gaza. A intenção israelense era assegurar o direito de Israel ser reconhecido como Estado pelos palestinos, bem como acabar com a escalada do terrorismo.

Israel buscou celebrar ainda um Tratado de Paz com a Jordânia, o segundo país da região com o qual Israel se entendeu pela via diplomática. O primeiro tinha sido firmado com o Egito.

O apoio popular aos Acordos de Paz foi arranhado pelo Massacre do Túmulo dos Patriarcas, pela continuação dos assentamentos judeus e até mesmo pela deterioração das condições socioeconômicas dos palestinos. Não tardaria para terem início os ataques suicidas (“homens-bomba”) de palestinos contra israelenses.

Voltaram as negociações para se dar maior controle da região para a Autoridade Nacional Palestina. Forças israelenses foram retiradas do sul do Líbano. Durante a Cúpula de Camp David, houve um plano para o estabelecimento de um Estado Palestino na Faixa de Gaza e em grande parte da Cisjordânia, mas as áreas de fronteiras, os principais mananciais de água e a região mais fértil da Cisjordânia seriam controladas por Israel. O acordo foi rejeitado pelo então líder da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, que exigia a retirada de Israel para as fronteiras demarcadas em 1967. Com a derrocada das negociações, não demorou para eclodir mais uma Intifada palestina, que culminou com a construção de barreira da Cisjordânia por parte de Israel.

Com a situação novamente inflamada, o “Hezbollah” ou “Partido de Deus”, estabelecido por islamistas radicais, viu a oportunidade de sua projeção nesse cenário de ocupação de Israel que atingiu o sul do Líbano até Beirute, desde a década de oitenta. E em 2006, com os acordos de paz fracassados, o “Hezbollah” decidiu fazer um intenso ataque de artilharia a comunidades judaicas da fronteira norte de Israel, inclusive tornando prisioneiros soldados israelenses, o que levou a uma outra guerra no Líbano. Desta vez, o cessar-fogo foi mediado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com o armistício, outra vez sentaram-se para negociações de paz os líderes políticos de Israel e da Autoridade Nacional da Palestina. Entretanto o conflito entre o HAMAS e Israel estava longe de um acordo de paz. Em 2008, o HAMAS disparou foguetes da Faixa de Gaza contra Israel, que respondeu com ofensivas terrestres e ataques aéreos.

No ano de 2014, outro conflito entre HAMAS e Israel veio à tona. Desta vez, a beligerância teve duração de cerca de dois meses, com muitas mortes (entre dois mil palestinos e setenta israelenses).

Nos últimos tempos, os assentamentos judaicos em áreas habitadas pelos palestinos acirraram os conflitos, havendo manifestações de violência de palestinos, muitas vezes com práticas de ações agressivas individuais, que são respondidas pelas forças de segurança

israelenses. Trata-se de um problema ainda não resolvido, que remonta à própria época da moderna formação do Estado de Israel e se estende até os dias atuais, devendo ser lembrado que sobre essas ocupações israelenses assim já se disse: “A principal força de perturbação era Israel, onde os colonos judeus construíram um Estado maior do que o que fora previsto sob a partilha britânica (expulsando 700 mil palestinos não judeus, talvez um número maior que a população judia em 1948).” (HOBSBAWN, 1995, p. 351).

Não deixa de ser curioso assinalar que os últimos anos testemunharam uma islamização paradoxal do conflito palestino-israelense, mas houve fracassos políticos sucessivos que abriram espaço até mesmo para os grupos fundamentalistas religiosos condenarem os processos de paz. (DEMANT, 2013, p. 275).

O diálogo entre Israel e Palestina é sempre truncado pela eclosão de alguma violência a qualquer momento, seja de um indivíduo ou de um grupo extremista islâmico. O conceito de “terra pela paz” está muito longe. Não é à toa que se tem dito que, no Oriente Médio, a situação é a mais complicada e no território da Palestina, desde que a Grã-Bretanha abandonou suas responsabilidades na região, “árabes e judeus se antagonizaram com força.” (JUDT, 2008, p. 301). A cada nova rodada de negociações de paz, expõe-se a causa palestina como “símbolo maior da luta islamista” internacionalmente, que se confronta com o nem sempre explícito “apoio automático” dos Estados Unidos da América do Norte ao Estado de Israel, embora o governo norte-americano acene com a necessidade de se discutir a criação do Estado Palestino.

A Organização das Nações Unidas e o Estado do Vaticano reconhecem a Palestina como Estado observador. Israel protesta contra esse reconhecimento, alegando que se trata de uma espécie de “provocação” que pode desencadear mais desavenças e violências na região.

Para os fundamentalistas islâmicos, a causa Palestina constitui um “símbolo de grande utilidade”. Israel é um “presente para ser combatido e destruído”. Não é por outra razão que não só o HAMAS, mas agora o Estado Islâmico, uma organização “jihadista” fundamentalista islâmica, também tem em sua carta de constituição, como um de seus objetivos, a conquista do Estado de Israel, porque ele é também um “pedaço de terra” que compõe o “Dar al-Islam” (“Casa do Islã”), que precisa estar unificado sob o Califado Sunita que o Estado Islâmico pretende revigorar no mundo contemporâneo.

Considerações Finais

Quanto à geopolítica internacional e à sua relação com o Oriente Médio, pode-se afirmar que os países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos, a Rússia, a França e a Inglaterra, em grande parte são os responsáveis pela confusão política vigente na área. Na realidade, três

fatos importantes contribuíram para que essa região se tornasse palco de inúmeros conflitos, a saber: as duas grandes Guerras Mundiais, a criação e a efetivação do Estado de Israel e a descoberta de grandes jazidas petrolíferas.

A região é complexa, principalmente, em termos políticos, haja vista que essa área se caracteriza por inúmeros conflitos há décadas. Não é à toa que se diz ser a região um “barril de pólvora”.

Um dos pontos fundamentais para o jogo de forças na região foi a criação, na antiga Palestina, do Estado de Israel. Sem consultar a população árabe-palestina, a Organização das Nações Unidas votou um plano de partilha da Palestina com a proposta de criar um Estado judeu e outro Estado árabe. Em maio de 1948, foi proclamado o Estado de Israel, fruto do sionismo, movimento dos judeus para a criação do Estado judaico. A Inglaterra foi um dos países que mais influenciou nesse processo e, após a criação desse Estado, o país que lhe dá mais sustentação são os Estados Unidos. A partir de então, a situação começou a se agravar, pois não houve empenho por parte das grandes potências, principalmente dos Estados Unidos e países europeus, para que se fizesse cumprir a resolução da Organização das Nações Unidas quanto à implantação do Estado Árabe-Palestino. Os árabes sentiram-se lesados e declararam guerra ao Estado Sionista de Israel, mas eles estavam muito despreparados para um conflito e acabaram sofrendo grandes derrotas. Entretanto, não cessou a luta pela Organização para a Libertação da Palestina, uma frente que congrega facções de tendências variadas.

É importante dizer que, a partir da criação do Estado de Israel, a antiga Palestina foi redividida. O Estado judeu anexou grande parte do território palestino, sobretudo, após os conflitos com os árabes, acabando por ocupar ainda a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, com população majoritariamente palestina.

Esses conflitos têm origens relativamente recentes. Apareceram a partir do movimento sionista. Apesar disso, essa questão árabe-israelense atingiu, em termos de violência, um grau de complexidade elevado. Para se ter uma ideia da complexidade do problema, basta se pensar na cidade de Jerusalém, que está dentro do território israelense, embora os árabes-palestinos reivindiquem a parte oriental, onde está a chamada “Cidade Velha”, como capital do pretenso Estado Palestino, enquanto os judeus a consideram uma cidade indivisível.

Não faltam nesse cenário os movimentos radicais islâmicos, que atuam em prol da causa palestina, mas também tem seus propósitos próprios, tais como, o Jihad Islâmico, o Hamas e o Hezbollah.

Após décadas de conflito, foram feitas várias tentativas de paz na região, por meio de acordos. Uma das tratativas mais importantes foram os denominados Acordos de Oslo, no ano

de 1993. A Organização para a Libertação da Palestina e o então primeiro ministro de Israel firmaram um acordo de paz em Washington, o qual foi batizado de Oslo, por ser o resultado de negociações ocorridas na capital norueguesa. Os dois lados se reconheceram e assinaram um documento que inclui uma série de princípios e prevê a devolução aos palestinos da maior parte da Faixa de Gaza e de parte da Cisjordânia. A partir de 1994, através da Autoridade Nacional Palestina, os palestinos conquistaram relativa autonomia nos territórios, especialmente, em termos de administração civil e segurança interna. A defesa nacional e as relações exteriores continuavam em poder de Israel. Por outro lado, o avanço nas negociações, entretanto, era dificultado pela ação de grupos extremistas que se opunham aos acordos. Em 1995, Israel e a Organização para a Libertação da Palestina subscreveram, em Washington, um acordo de extensão do controle palestino na Cisjordânia.

Ao que tudo indica, o futuro dessas negociações depende de uma série de fatores, dentre os quais a intransigência dos setores radicais de ambos os lados, que são contrários ao avanço no caminho da paz, a questão dos assentamentos de colonos judeus em áreas palestinas, além da delicada questão do controle das fontes de água existente na Cisjordânia.

O diálogo entre Israel e Palestina é sempre truncado pela eclosão de alguma violência a qualquer momento, seja de um indivíduo ou de um grupo extremista islâmico. A ideia de dois Estados numa “terra em paz” parece estar muito longe, ainda que a Organização das Nações Unidas e Estado do Vaticano reconheçam a Palestina como Estado-observador, mesmo sob protestos de Israel. Israel, que o atual assustador Estado Islâmico também pretende conquistar, por considerar “Casa do Islã”, que precisa ser unificado sob o poder do novo Califado sunita salafista.

Referências

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **História do Século XX: 1945-1973**, o mundo entre a guerra e a paz. Trad. de Fernando Santos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. v. 2. 560 p.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Trad. João José Pedreira de Castro. 138. ed. São Paulo: Ave Maria, 2000.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 428 p.

GOMES, A.R. **A questão da Palestina e a fundação de Israel**. 2001. 142 f. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX – 1914-1991. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus.** 15. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2009. 1568p.

JUDT, Tony. **Pós-guerra:** uma história da Europa desde 1945. Trad. de José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. 847 p.

NASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio - Século XX.** Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1994. 160 p.

OLIC, Nelson Bacic. **Oriente Médio:** uma região de conflitos. 13. ed. São Paulo: Moderna, 1991. 79 p.